

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*
BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente***Formação do Consenso**

Sinais vermelhos estão-se acendendo, uns depois dos outros, no cenário político e econômico brasileiro. Os mais inquietantes são os que indicam desconexão nos comandos sem os quais um país é um navio à deriva. Há todo motivo para alarme, por exemplo, quando se vê o crescimento rápido do déficit público — e o corolário que é o funcionamento cada vez mais rápido da máquina de emissão do governo. Emite-se moeda para cobrir os rombos do Tesouro. Ao mesmo tempo, concedem-se aumentos reais aos funcionários públicos. Onde está a relação entre um fenômeno e outro?

A Constituinte também funciona num ritmo aparentemente descontrolado. O último episódio foi o das aposentadorias. Iguala-se, para todos os efeitos, ativos e inativos. Estende-se aos aposentados os mesmos direitos de quem está no período mais produtivo da sua vida de trabalho. Aposentadorias ridículas são um dos problemas da realidade social brasileira. Vai-se, entretanto, ao outro extremo. Quem parou de trabalhar encontra-se, normalmente, num estágio de vida que já não tem os mesmos compromissos e exigências de um trabalhador na força da idade. A solução lógica e natural, nesse terreno, seria de que cada um preparasse a aposentadoria que deseja ter, através de contribuições diferenciadas.

A Constituinte passa como um rolo compressor por cima de qualquer *nuance*. Simplesmente iguala os ativos e inativos. Este é mais um dos ônus com que se quer gravar o Brasil de amanhã. O papel em branco de hoje, obviamente, aceita tudo. Pode-se criar, no papel, todo tipo de gastos a serem feitos pelo Brasil do futuro. Mas não é isto uma irresponsabilidade com cujo custo arcaremos todos, em prazo muito curto? Será um Brasil viável o que vai sendo preparado a toque de caixa no laboratório constituinte?

Todos esses fatores levaram uma quase crônica crise brasileira a um agravamento visível. Depois do que parecia ser uma transição brilhante, ou pelo menos animadora — a da passagem do ciclo militar para o ciclo do pleno direito —, chegamos a um ponto onde estão perigosamente ausentes os sinais de direção.

O país tem o seu próprio instinto de conservação. Nos momentos graves, esse instinto tem-se manifestado com bastante regularidade — e talvez seja isto o que faz a diferença entre o Brasil e uma republiqueta vulgar.

Já se pode ver esse instinto em ação nas formas de consenso que estão surgindo bastante depressa. Esse consenso parece resumir-se em dois pontos.

Um deles é o da eleição em 1988, para resolver um problema imediato que é o problema do poder. O arcabouço político que gerou a Nova República parece ter esgotado por completo as suas bases de sustentação. É um edifício que, em seus degraus superiores, não foi legitimado pelo voto popular (ao contrário do que aconteceu com a Assembléia Constituinte). A legitimidade que ele possuía era em dose suficiente para alimentar os primeiros estágios da decolagem (sendo totalmente improce-

des os gritos histéricos dos que tinham em mente objetivos personalistas).

Esta legitimidade “provisória” é que parece, agora, quase totalmente esgarçada. Está chegando o momento de substituí-la pela palavra das urnas. E é neste sentido que o consenso em torno de eleições já em 1988 vai tomando o aspecto de fato natural e irreversível.

O outro consenso é o que aponta na direção do parlamentarismo como forma de governo mais apropriada para as próximas etapas da vida brasileira. Esta é uma discussão mais sofisticada — menos uma solução imediata do que uma questão de engenharia política. Mas é bastante evidente que a maioria se encaminha nesta direção — já constitui, até, uma confortável maioria. E há bons motivos para isso. Na difícil travessia que temos pela frente, o parlamentarismo surge como alternativa certamente menos arriscada que a grande loteria presidencialista, e tem a vantagem de motivar uma vida partidária que precisa criar raízes e densidade própria. O parlamentarismo valoriza o parlamento; e estamos precisando de um Congresso que tenha, afinal, plena consciência das suas responsabilidades.

Estes são os augúrios que se pode ler claramente na realidade brasileira. As pessoas e sobretudo os políticos inteligentes enxergam estes sinais e agem de acordo com eles. A vida política está longe de ser um exercício de voluntarismo. Há alguns exemplos clássicos, na história, do destino dos que simplesmente fecharam olhos e ouvidos ao clamor da realidade — sendo o mais famoso deles o de uma princesinha austríaca que acabou na guilhotina.

Além de inteligência, precisa-se também de um pouco de grandeza. Do modo como estão organizadas as coisas, é evidente que há muitas vantagens em conservar por longo tempo posições políticas importantes na Brasília dos anos 80. Há belas casas a habitar, amigos a nomear, inimigos a apoquentar.

O conforto da inércia, entretanto, vai-se tornando proibitivo. Os prazos se esgotam. Há ainda quem invoque a “transição” para enfiar a cabeça na areia. Mas a “transição” também está se esgotando. Votada a Constituinte, não há mais nada a fazer.

O Presidente Sarney introduziu na discussão incompreensíveis parâmetros quando quis fixar-se num mandato presidencial de cinco anos. Havia um mandato teórico de seis anos ao qual ele poderia ter querido ater-se (mesmo quando não houvesse substância política para essa pretensão). O prazo de cinco anos, entretanto, é totalmente arbitrário — e, a essa altura, totalmente desaconselhável (o que está sendo dito por pessoas insuspeitas na matéria).

O Brasil precisa tomar um rumo — sobretudo levando-se em conta a seriedade dos problemas que enfrentamos. E encontrar esse rumo é tarefa extremamente urgente. Quem não perceber a gravidade da hora está testemunhando a perda do senso político sem o qual um governante é um piloto que perdeu a bússola.